



TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras consolidadas da TNCP - Tele Norte Celular Participações S.A., juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

da ANATEL e, tal autorização foi concedida em 11 de março de 2010.
Em 1 de outubro de 2010, a TNL efetuou a Reorganização Societária, que consistiu das seguintes etapas:
• Venda da TNL PCS Participações S.A. ("TNL PCS Part."), subsidiária integral da TNL, para a Oi; e
• Incorporação da TNL PCS Part...
Como prosseguimento do processo de reorganização, em 3 de outubro de 2011, a Way TV foi incorporada pela controladora TNL PCS.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à TNCP se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

1 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA WAY TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração da TNL e da TMAR aprovaram a implementação de Reorganização Societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela Oi e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente "quadruple play". A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação

2 - AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Tele Norte Celular Participações e suas controladas contrataram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pela confiança depositada em nossa companhia durante todo o período pós-privatização em geral e, particularmente, em 2011. Agradecemos em especial aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP / IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	13.377	648	1.381.352	3.181.817
Aplicações financeiras	9	102		188.063	475.569
Contas a receber	10			1.476.517	1.260.148
Estoques	14			108.435	53.461
Tributos correntes a recuperar	11	12.782	79.150	461.932	547.344
Outros tributos a recuperar	12			266.818	256.661
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	444.500	446.675		
Depósitos e bloqueios judiciais	13			44.924	33.885
Demais ativos	15	2	8	377.259	297.604
		470.763	526.481	4.305.300	6.106.489
Não circulante					
Aplicações financeiras	9			50.209	3.637
Créditos com partes relacionadas	27			4.589.131	2.022.599
Tributos diferidos a recuperar	11	12.760	10.153	414.480	676.792
Outros tributos a recuperar	12	1.611	1.611	108.103	107.231
Depósitos e bloqueios judiciais	13	56	56	320.061	193.153
Demais ativos	15	12	12	54.924	66.689
Investimentos	16	11.456.750	10.646.222	7.509	86
Imobilizado	17			5.646.566	5.566.808
Intangível	18			2.065.936	1.987.412
		11.471.189	10.658.054	13.256.919	10.624.407
Total do ativo		11.941.952	11.184.535	17.562.219	16.730.896

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP / IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Salários, encargos sociais e benefícios		148	82	27.413	73.151
Fornecedores		566	387	1.376.653	1.119.045
Empréstimos e financiamentos	19			257.065	163.661
Tributos correntes a recolher	11		113.373	385.911	471.944
Outros tributos	12	266	48.787	179.774	411.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	515.963	548.590	515.963	548.590
Autorizações e concessões a pagar	20			283.735	247.831
Programa de refinanciamento fiscal	21			1.178	1.287
Provisões	22			119.914	57.933
Receitas a apropriar				345.189	326.071
Demais obrigações	23	288		138.910	96.539
		517.231	711.219	3.631.705	3.517.552
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	37.964		1.198.211	1.369.143
Tributos diferidos	11			14.690	14.690
Outros tributos	12			185.853	71.148
Autorizações e concessões a pagar	20			883.944	1.020.842
Programa de refinanciamento fiscal	21			10.329	11.772
Provisões	22			108.707	141.028
Outras obrigações com partes relacionadas	27	40.000	40.000	40.000	40.000
Demais obrigações	23	13.328	13.773	170.041	125.178
		91.292	53.773	2.597.085	2.793.801
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	24				
Capital social		8.791.256	8.791.256	8.791.256	8.791.256
Reservas de capital		206.961	205.327	206.961	205.327
Reservas de lucros		2.335.212	1.030.159	2.335.212	1.030.159
Dividendo adicional proposto				392.801	392.801
		11.333.429	10.419.543	11.333.429	10.419.543
Total do passivo e patrimônio líquido		11.941.952	11.184.535	17.562.219	16.730.896

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita e despesa	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP / IFRS)	
		2011	2010	2011	2010
Receita de vendas e/ou serviços	4			9.240.404	8.554.542
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5			(4.613.145)	(4.042.587)
Lucro bruto				4.627.259	4.511.955
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	16	1.949.515	2.038.270		
Despesas com vendas	5			(1.793.466)	(1.660.074)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.079)	(423)	(625.318)	(529.439)
Outras receitas operacionais	6	491	1	297.366	292.208
Outras despesas operacionais	6		(12)	(366.316)	(219.300)
		1.948.927	2.037.836	(2.487.734)	(2.116.605)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.948.927	2.037.836	2.139.525	2.395.350
Receitas financeiras	7	11.984	6	845.483	552.132
Despesas financeiras	7	(68.055)	(48.613)	(470.384)	(370.089)
Resultado financeiro	7	(56.071)	(48.607)	375.099	182.043
Lucro antes das tributações		1.892.856	1.989.229	2.514.624	2.577.393
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8		(113.373)	(372.724)	(458.047)
Diferido	8	2.606	(48.575)	(246.438)	(292.065)
		2.606	(161.948)	(619.162)	(750.112)
Lucro líquido do exercício		1.895.462	1.827.281	1.895.462	1.827.281
Lucro líquido atribuído aos controladores		1.895.462	1.827.281	1.895.462	1.827.281
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	24 (f)	10,66	10,27	10,66	10,27

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vendas de serviços e mercadorias			13.089.783	12.037.698
Descontos incondicionais e cancelamentos			(1.536.515)	(1.276.508)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(223.049)	(246.108)
Outras receitas	490	1	293.698	292.208
	490	1	11.623.268	10.807.290
Insuamos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão			(1.823.458)	(1.622.298)
Materiais e energia			(97.838)	(108.238)
Custo de mercadorias			(248.181)	(160.834)
Serviços de terceiros	(415)	(269)	(2.421.667)	(2.062.233)
Outros	(548)	(76)	(629.285)	(565.564)
	(963)	(345)	(5.220.429)	(4.539.167)
Valor adicionado bruto			6.402.859	6.268.123
Retenções				
Depreciação e amortização			(998.025)	(864.064)
Provisões (Inclui atualização monetária)			(151.941)	(76.710)
Outras despesas			(92.114)	(36.999)
			(2)	(2)
			(1.242.080)	(977.773)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(473)	(346)	5.160.779	5.290.350
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.949.515	2.038.270		
Receitas financeiras	11.984	6	845.483	552.132
	1.961.499	2.038.276	845.483	552.132
Valor adicionado total a distribuir	1.961.026	2.037.930	6.006.262	5.842.482
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(135)	(90)	(162.264)	(171.630)
Benefícios			(24.886)	(20.877)
FGTS			(15.752)	(10.616)
Outros			(9.872)	(36.276)
	(135)	(108)	(212.794)	(239.399)
Impostos e taxas				
Federais	2.627	(210.528)	(954.082)	(1.062.318)
Estaduais			(1.828.536)	(1.759.146)
Municipais	(1)	(10)	(4.312)	(12.579)
	2.626	(210.538)	(2.786.930)	(2.808.885)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(68.055)	(3)	(449.052)	(306.171)
Aluguéis e seguros			(662.024)	(660.746)
	(68.055)	(3)	(1.111.076)	(966.917)
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(551.000)	(826.781)	(551.000)	(826.781)
Lucros retidos	(1.344.462)	(1.000.500)	(1.344.462)	(1.000.500)
	(1.895.462)	(1.827.281)	(1.895.462)	(1.827.281)
Valor adicionado distribuído	(1.961.026)	(2.037.930)	(6.006.262)	(5.842.482)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atividades operacionais	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP / IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes das tributações	1.892.856	1.989.229	2.514.624	2.577.393
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	3.159	2	(365.280)	(67.283)
Depreciação e amortização			998.025	864.064
Perdas sobre contas a receber			223.049	246.108
Provisões			130.609	63.617
Equivalência patrimonial	(1.949.515)	(2.038.270)		
Perda/ganho na baixa de ativo permanente			6.170	(6.072)
Atualização monetária do Programa de refinanciamento fiscal			607	1.098
Atualização monetária de provisões			21.332	
Participação dos empregados e administradores			5.025	46.259
Remuneração baseada em ações			1.633	3.296
Apropriação ao resultado das despesas antecipadas			562.913	519.686
Provisão para perdas em estoques			1.172	(30.715)
Outros	8.581		56.071	24.639
	(44.919)	(49.039)	4.155.950	4.242.090
Mutações patrimoniais				
Contas a receber			(424.613)	(283.571)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(8.260)		(897.365)	(682.610)
Resgate de aplicação financeira mantidas para negociação	8.250		1.164.652	529.735
Despesas antecipadas			(557.715)	(527.164)
Estoques			(56.146)	70.233
Tributos	(88.085)	48.604	(239.221)	(60.267)
Fornecedores	179	11	526.467	120.024
Salários, encargos sociais e benefícios	66	59	(50.763)	(12.633)
Provisões			(121.384)	(53.756)
Outras contas ativas e passivas	(146)	(40)	78.996	(28.183)
	(87.996)	48.634	(577.092)	(928.192)
Encargos financeiros pagos	(700)		(242.948)	(125.184)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(343.546)	(294.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(6)	(9)	(62.598)	(60.449)
Dividendos recebidos	1.052.797			
	1.052.091	(9)	(649.092)	(479.885)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	919.176	(414)	2.929.766	2.834.013
Atividades de investimentos				
Créditos com pessoas ligadas - liberações			(4.071.106)	(556.335)
Créditos com pessoas ligadas - recebimentos			2.064.244	472.266
Aquisição do controle da TCP líquido do caixa adquirido				(90.979)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível			(1.557.220)	(1.196.600)
Redução/aumento dos investimentos permanentes			(7.423)	1
Depósitos e bloqueios judiciais	(56)	(75.171)	(65.542)	
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais			44.906	82.559
Recursos obtidos na venda de ativo permanente			2.530	
Recursos venda Paggo			46.983	
			(56)	(3.552.257)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			(3.552.257)	(1.354.630)
Atividades de financiamentos				
Captações	35.413		55.414	349.759
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing		(1.110)	(144.375)	(97.070)
Autorizações e concessões			(146.749)	(34.887)
Programa de refinanciamento fiscal			(404)	(517)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(941.860)	(1.020)	(941.860)	(1.020)
	(906.447)	(2.130)	(1.177.974)	216.265
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	12.729	(2.600)	(1.800.465)	1.695.648
Fluxo de caixa do exercício	12.729	(2.600)	(1.800.465)	1.695.648
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo final	13.377	648	1.381.352	3.181.817
Saldo inicial	648</			



TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001 - 29

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados freqüentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em custos razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado, e ativos intangíveis que não são.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme comentado no item abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultados. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoque

- Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:
- Estoque de materiais de manufatura, classificados no ativo circulante, conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, o qual não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoque de materiais de venda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustados ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e controladas de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto ("joint ventures") são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontas para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- Tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
 - Administração pretende concluir o software e usá-lo em vendas.
 - O software pode ser vendido ou usado.
 - Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
 - Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
 - O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como perda de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existem UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outros;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de capitação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo do operação.

Nas avaliações da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) insignificância de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos envolvidos; e (iv) que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e benefícios definidos.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Plano de opção de compra de ações - A controladora TNL oferece aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participa todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, em consonância com a Lei nº 10.101/2000 e com o estatuto social.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram, substancialmente, transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

- Programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos")

A controlada TNL PCS implementou um programa de fidelização de clientes ("Oi Pontos"), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por múltiplos de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no "experiências Oi" e/ou transferi-los ao Programa Pacotes Fidelidade (parceira da controlada) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

A controlada TNL PCS contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que

foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número de pontos que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no trimestre final de 31 de março de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com os respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras.

As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é atualizada na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são reavaliados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções de esta natureza são consideradas por despesa incorrida nas condições reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as práticas contábeis internacionais representam informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates de depósitos judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As preparadas das Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa de acordo de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados a natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições ocorrerem que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia estabelece uma provisão para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, entidades corporativas e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 17 e 18, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia no mínimo anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e saída de caixas projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode afetar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e civil, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 22. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente precisas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as estimativas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e líquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPJs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável líquido, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indivíduos sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, podem haver a necessidade de revisões das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas que entraram em vigor em 2011, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A adoção das IFRSs novas e revisadas que entraram em vigor em 2011 não impactou, individualmente ou no conjunto, os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras. IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos:

- (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e
- (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.

Modificações à IAS 32 - Instrumentos de Direitos: trocou a classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que sejam seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que uma outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Modificações às IFRS 7 - Envolvimentos - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo um certo nível de exposição a isso. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descaimento contábil no resultado.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

IFRS 11 - Acordos de Participação (2) - substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures" e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações de acordo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias:

- (a) Itens que não serão classificadamente separadamente no resultado; e

(b) Itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinações específicas. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da redefinição de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de "impairment" de acordo com a IAS 36 - "Impairment" de Ativos; (ii) que qualquer perda por "impairment" a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente a qual); e (iii) que as reversões de "impairment" são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos e procederá às alterações necessárias eventuais pertinentes após os mesmos terem sido aprovados pelo CPC.

Novos pronunci



TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

Operação	Risco individual	2010			Total
		Até 1 ano	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	
Cenário Provável					
Dívidas em TJLP	91.804	133.832	67.826	32.987	326.449
Cenário Possível					
Dívidas em TJLP	93.451	148.050	85.869	58.822	386.192
Cenário Remoto					
Dívidas em TJLP	95.091	162.504	104.678	86.726	448.999

Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros
Cenário possível - Cenário provável
 TJLP 1.647 14.218 18.043 25.835 **59.743**
Cenário remoto - Cenário provável
 TJLP 3.287 28.672 36.852 53.739 **122.550**

(e) Risco de crédito
 A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas nas suas realizações.

(f) Risco de liquidez
 O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.
 A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.
 As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas condições de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.
 O grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em Novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, conforme Nota 19 (e).

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos
 A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da TNL PCS poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.
 O risco de vencimento antecipados de contratos do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo estão detalhados na Nota 19(d).

(h) Riscos contingenciais
 Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 22.

(i) Gestão de capital
 A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.
 O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentável do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.
 A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.
 Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

	entre 2x e 4x	entre 1,4 x e 2x	maior que 1,75
Dívida Bruta/EBITDA			
Dívida Líquida/EBITDA			
Índice de cobertura de juros(*)			

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	2011	2010
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.089.783	12.037.698
Deduções da receita bruta		
Tributos	(2.312.864)	(2.206.648)
Outras deduções	(1.536.515)	(1.276.508)
Receitas de vendas e/ou serviços	9.240.404	8.554.542

5. DESPESAS POR NATUREZA

	2011	2010
Despesas por natureza		
Interconexão	(306)	(239)
Serviços de terceiros	(1.623.458)	(1.622.298)
Depreciação e amortização	(1.641.235)	(1.448.195)
Alugueis e seguros	(998.025)	(864.064)
Fistel	(662.024)	(660.746)
Serviço de manutenção da rede	(520.968)	(483.367)
Publicidade e propaganda	(309.684)	(237.091)
Pessoal	(272.278)	(230.527)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(242.178)	(189.844)
Custos de aparelhos e outros	(223.049)	(246.108)
Materiais	(218.399)	(141.534)
Outros custos e despesas	(12.314)	(26.129)
Total	(10.799)	(10.799)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Outras receitas operacionais:		
Aluguel de infraestrutura		114.103
Despesas recuperadas	486	87.327
Serviços técnicos e administrativos		46.483
Multas sobre contas vencidas		42.345
Receita na venda de imobilizado		2.530
Outras receitas	5	4.578
Total	491	297.366
Outras despesas operacionais:		
Tributos	(10)	(132.636)
Provisões/reversões		(130.609)
Baixa de valor contábil - ágio Paggo		(36.211)
Serviços de cobrança em conta		(11.991)
Participação dos empregados no resultado		(5.025)
Custo na alienação de imobilizado		(29.575)
Remunerações baseadas em ações		(1.633)
Despesas com multas	(2)	(1.217)
Outras despesas		(17.237)
Total	(12)	(366.316)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	11.984	551.977
Rendimentos de aplicações financeiras		176.089
Descontos financeiros obtidos		63.105
Juros e variações monetárias sobre outros ativos		51.240
Outros		3.072
Total	11.984	845.483
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(2)	(182.275)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(56.359)	(87.879)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros		(83.632)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(3.110)	(39.670)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais		(21.332)
Juros sobre dividendos e capital próprio	(8.586)	(8.586)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal		(607)
Outros		(36.403)
Total	(68.055)	(470.384)
Resultado financeiro	(56.071)	(375.099)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.
 Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Tributos correntes	(113.373)	(372.724)
Tributos diferidos	2.606	(48.575)
Total	2.606	(161.948)

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

	2011	2010
Lucro antes das tributações	1.892.856	1.989.229
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(643.571)	(676.338)
Equivalência patrimonial	662.835	693.012
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(16.660)	(178.670)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)		187.340
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	2	48
Ativo fiscal diferido não constituído		(72.626)
Ativo fiscal diferido constituído		34.197
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	2.606	(619.162)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
 (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas inaduetivas, incentivos fiscais, baixa de ágio e patrocínios.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RIT - Regime Tributário Transitório.

10. CONTAS A RECEBER

	2011	2010
Contas a receber		
Caixa	1.219	443
Equivalentes de caixa (i)	12.158	205
Total	13.377	648

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	2011	2010
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:		
Provisões diversas	4.762	4.762
Prejuízos fiscais	3.964	1.916
Base negativa de CS	1.427	690
Total	5.391	2.606

Os créditos no resultado são os seguintes:

	2011	2010
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:		
Provisões	52.662	13.730
Provisão para devedores duvidosos	43.405	(1.927)
Provisão para desmobilização de ativo	18.107	7.620
Rolagem de minutos	7.620	961
Subsídios e fidelidade	42.970	9.565
Ativo diferido	60.870	(30.443)
Outras adições/exclusões temporárias	87.035	18.853
Total	312.669	107.339

(b) Aplicações financeiras

	2011	2010
Fundos de investimento exclusivos	102	188.063
Títulos privados		50.209
Aplicações financeiras	102	238.272
Circulante	102	188.063
Não circulante		50.209

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	2011	2010
Operações compromissadas	6.613	636.821
CDB - Certificado de Depósito Bancário	4.070	439.911
Outros		10.438
Títulos classificados em equivalentes de caixa	10.683	1.087.170
Títulos públicos		179.559
CDB - Certificado de Depósito Bancário	102	8.504
Títulos classificados em aplicações financeiras	102	188.063
Fundos de investimentos exclusivos	10.785	1.275.233

10. CONTAS A RECEBER

	2011	2010
Contas a receber	1.476.517	1.260.148

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	2011	%	2010	%
A faturar	477.812	29,90	360.646	25,95
A vencer	357.869	22,33	387.475	27,88
A receber de outros provedores	473.883	29,61	349.309	25,14
Vencidas até 60 dias	141.845	8,86	138.220	9,94
Vencidas de 61 a 90 dias	15.828	0,99	17.170	1,24
Vencidas de 91 a 120 dias	30.323	1,89	14.452	1,04
Vencidas de 121 a 150 dias	25.378	1,59	20.088	1,45
Vencidas de 151 a 180 dias	77.353	4,83	102.341	7,36
Total	1.600.291	100,00	1.389.701	100,00

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes das controladas da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Saldo em 01/01/2010	(127.123)	(246.108)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(829)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa da Aquisição WAY TV		244.507
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis		(228.828)
Saldo em 31/12/2010	(129.553)	(223.049)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis		(123.774)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	2011	2010
Tributos correntes a recuperar		
CS a recuperar (i)	646	140.155
IR a recuperar (i)	1.786	278.547
Impostos retidos na fonte - IRRF	10.350	43.230
Circulante	12.782	461.932

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 157.403 (2010 - R\$ 116.168).

12. OUTROS TRIBUTOS

	2011	2010
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:		
Provisões diversas	4.762	4.762
Prejuízos fiscais	3.964	1.916
Base negativa de CS	1.427	690
Total	5.391	2.606

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	2011	2010
Depósitos e bloqueios judiciais		
Tributários	56	56
Cíveis		90.882
Trabalhistas		9.333
Bloqueios judiciais		16.196
Total	56	364.985

14. ESTOQUES

	2011	2010
Estoque estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.		
Aparelhos celulares e acessórios	81.138	41.851
Aparelhos DTH e acessórios	49.074	32.215
Provisão para ajuste ao valor recuperável	(21.777)	(20.605)
Total	108.435	53.461

15. DEMAIS ATIVOS

	2011	2010
Adiantamentos a fornecedores		
Créditos a receber	12	12
Publicidade e propaganda e patrocínio		334.503
Adiantamento à FATL		22.933
Tributos, taxas e contribuições		12.592
Seguros		9.237
Adiantamentos a empregados		8.445
Outros	2	8
Total	14	432.183

16. INVESTIMENTOS

	2011	2010
Participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Investimentos em ações	11.456.750	10.646.222
Outros investimentos		96
Total	11.456.750	10.646.222

A movimentação dos investimentos da TNCP decorre, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de uma contratação TNL PCS.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	2011	2010
Saldo em 01/01/2010	9.130.156	87
Equivalência patrimonial	2.038.270	
Participações reflexas sobre programas de remuneração baseadas em ações de controladas	3.29	

TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reais	37.964	1.455.276	1.455.276	1.532.804
Total	37.964	1.455.276	1.455.276	1.532.804

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
TJLP			903.820	883.836
Taxa pré-fixada			378.245	535.282
CDI	37.964	173.211	113.686	
Total	37.964	1.455.276	1.532.804	

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2013	37.964	404.824
2014		231.613
2015		145.633
2016		137.817
2017 em diante		283.314
Total	37.964	1.203.201

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Controladora	Consolidado
2013	1.098	1.098
2014	1.098	1.098
2015	701	701
2016	665	665
2017 em diante	1.428	1.428
Total	4.990	4.990

(a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas realizaram captações no valor de R\$ 55 milhões e pagamentos no valor de R\$ 275 milhões em moeda nacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em dezembro de 2009, a TNL PCS celebrou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 642 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias da TNL PCS programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A; e, (ii) sub-crédito B. Foram realizados desembolsos de R\$ 300 milhões em dezembro de 2009 e R\$ 342 milhões em junho de 2010, relativos a este contrato de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. Em julho de 2007, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 466.760. Neste ano, foram realizados desembolsos de R\$ 290.000 em julho e de R\$ 150.000 em outubro com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação móvel programadas para o período entre 2006 e 2008. O vencimento do principal e dos juros será mensal até janeiro de 2015.

(b) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento. O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado	
	2011	2010
Até um ano	505	505
Total	505	505

(c) Garantias

Os financiamentos do BNDES e os empréstimos do BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., nos montantes de R\$ 935.333 e R\$ 331.517, respectivamente, possuem garantias em recebíveis da TNL PCS e aval da TMAR (2010 - R\$ 1.029.547 e R\$ 377.759 respectivamente).

(d) "Covenants"

O contrato de financiamento com o BNDES cujos "covenants" são apurados pelos números consolidados da TNL e o contrato BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. exigem cumprimento de índices financeiros, apurados semestralmente em junho e dezembro, os quais foram cumpridos no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(e) Linhas de crédito contratadas não utilizadas

Em novembro de 2011, a TNL PCS, TMAR, BrT, e BrT Celular contrataram uma linha de crédito rotativo ("Revolver Credit Facility"), no valor de USD 1 bilhão para um prazo de cinco anos a um custo de Libor +0,90% ao ano, junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos "Bank of America N.A Merrill Lynch", "Pierce, Fenner & Smith Incorporated", "HSBC Securities (USA) Inc.", "RBS Securities Inc" e "Citibank N.A.". Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos Tokio Mitsubishi UFJ, "Barclays PLC", "Deutsche Bank AG", "Morgan Stanley N.A" e "Sumitomo Mitsui".

A operação foi estruturada de forma que as Companhias possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados. Esta operação forma um significativo portfólio de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	2011	2010
Direito de Uso Oi - 3G (i)	1.136.918	1.192.370
Direito de Uso Oi (ii)	30.761	76.303
Total	1.167.679	1.268.673
Circulante	283.735	247.831
Não circulante	883.944	1.020.842

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de serviço de SMP, obtidas através de leilões.

(i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA (Nota 18) foram assinados em 29 de abril de 2008, demandando um investimento total de R\$ 867.018. Em 28 de abril de 2008, a TNL PCS desembolsou 10% do valor ofertado, reconhecendo o saldo restante no passivo, com vencimentos finais em 2016. O saldo devedor é atualizado pelo IST, acrescido de juros de 1% a.a.

(ii) Dos termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências para os contratos assinados em julho de 2003 e janeiro de 2004, a TNL PCS pagou 10% sobre o valor contratual, na assinatura do contrato, reconhecendo o saldo restante no passivo, com vencimentos finais em 2011 e 2012, respectivamente. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI, acrescido de juros de 1% a.a.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	2011	2010
2012	283.735	
2013	218.638	
2014	220.204	
2015 e exercícios seguintes	445.102	
Total	1.167.679	

21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	2011	Consolidado
PAES (i)	3.123	3.156
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (ii)	8.384	9.903
Total	11.507	13.059
Circulante	1.178	1.287
Não circulante	10.329	11.772

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado			
	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	4.215	320	2.954	7.489
IRPJ	628	61	926	1.615
PIS	794	51	704	1.549
CPMF	241	24	42	307
MULTA				113
CSLL	11	3	34	48
IPI				10
CONDECINE	320	4	111	435
INSS	58	2	4	64
Total	6.267	465	4.775	11.507

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 R\$ 607 (2010 - R\$ 1.098) como "Despesas financeiras" (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	2011	Consolidado
2012	1.178	
2013	897	
2014	897	
2015 a 2017	2.690	
2018 a 2020	2.690	
2021 a 2023	2.690	
2024 e exercícios seguintes	465	
Total	11.507	11.507

(i) REFIS II - PAES

A Controlada TNL PCS aderiu ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 29 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7 da referida Lei, a TNL PCS estava obrigada a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluída do programa caso atrasasse essas parcelas por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorreu.

O refinanciamento foi pactuado em 120 meses, tendo sido liquidados, sem atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, R\$ 43 (2010 - R\$ 517), em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

A RFB - Receita Federal do Brasil e a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da controlada TNL PCS no PAES, de modo que o saldo do referido parcelamento foi consolidado em valores superiores àquele incluído na Companhia. A controlada TNL PCS optou pela dissolução judicial de diferenças apontadas pela RFB, de modo que o parcelamento já se encontra liquidado.

(ii) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A controlada TNL PCS aderiu ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos administrados pela RFB e PGFN (débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários) vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, §9 da Lei, a empresa é obrigada a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluída do programa caso mantenha em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

O refinanciamento foi pactuado em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma e sua vez valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas Portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas se encontram em consolidação pela Receita Federal do Brasil. O período de parcelamento foi formalizado em 26 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Em função do Novo Parcelamento foram inscritos R\$ 7.182 na controlada TNL PCS que não haviam sido provisionados em "Provisões".

No primeiro trimestre de 2010, a controlada TNL PCS complementou o valor de adesão ao Novo Parcelamento, no montante de R\$ 1.384, em virtude de reavaliação da esfera de contencioso, após avaliação dos processos.

22. PROVISÕES

(a) Composição do saldo

	Consolidado	
	2011	2010
Tributárias	139.465	126.393
ICMS	130.129	118.001
ISS	2.151	1.905
Demais ações	7.185	6.487
Total	139.465	126.393
Trabalhistas	3.952	2.336
Horas extras	1.890	408
Adicionais Diversos	1.487	832
Indenizações	1.200	486
Verbas rescisórias	676	421
Diferenças salariais	496	514
Bônus	262	197
FGTS	259	44
Multas trabalhistas	100	6
Honorários advocatícios / periciais	49	
Estabilidade / Reintegração	181	11
Demais ações	181	11
Total	10.552	5.255
Cíveis	28.274	28.383
(i) Juizado Especial Cível	14.028	7.699
(ii) Multa ANATEL	18.535	16.387
(iii) Estimativa ANATEL	17.767	14.844
Demais ações	78.694	67.313
Total	228.621	198.961
Total das Provisões	368.086	325.354
Circulante	119.914	57.933
Não circulante	108.707	141.028

Como estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	2011		2010	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	139.465	10.552	78.604	228.621
Passivo Contingente	721.398	28.582	106.405	856.385

Risco	2011		2010	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	126.393	5.255	67.313	198.961
Passivo Contingente	485.077	79.301	95.788	660.166

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2010	115.299	3.982	53.024	172.305
Incorporação TWAY 01/10/2010	873	1.939	1.311	4.123
Adições / reversões (Nota 6)	8.626	2.353	52.638	63.617
Baixa por pagamento / encerramento	(8.680)	(3.226)	(42.271)	(54.177)
Atualização monetária (Nota 7)	10.275	207	2.611	13.093
Saldo em 2010	126.393	5.255	67.313	198.961
Adições / reversões (Nota 6)	59.302	10.473	60.834	130.609
Baixa por pagamento / encerramento	(61.249)	(7.418)	(53.614)	(122.281)
Atualização monetária (Nota 7)	15.019	2.242	4.071	21.332
Saldo em 2011	139.465	10.552	78.604	228.621

(d) Provisões (consolidado)

(1) **Tributárias**
Autuações fiscais de ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face às autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão na TNL PCS, totalizava R\$ 130.129 (2010 - R\$ 118.001).

(2) **Trabalhistas**

As contingências trabalhistas correspondem, principalmente, a processos movidos por ex-empregados ou prestadores de serviços da Amazônia, principalmente pelos ex-colaboradores do antigo "call center", que foi extinto. Cabe também ressaltar que parte da provisão está ligada a controlada Way TV, decorrente de processos oriundos da rescisão contratual de muitos prestadores de serviços, os quais pleiteiam o reconhecimento de vínculo empregatício e o direito às verbas trabalhistas previstas nos contratos de trabalho, tais como férias, FGTS e INSS. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes destes processos.

(3) **Cíveis**

(i) As contingências cíveis correspondem em sua maioria a processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis e Varas Cíveis, de natureza consumista, movidos por clientes (pessoas jurídicas e pessoas físicas).
(ii) Multa ANATEL - Refere-se, substancialmente, às provisões de PADO's - Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIO - Regulamento de Indicadores de Qualidade.
(iii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.

(e) **Passivos contingentes (consolidado)**

A TNCP e suas controladas também possuem diversos processos judiciais expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais não foram constituídas provisões. Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, os principais passivos contingentes estão resumidos abaixo:

Tributárias:

(i) ICMS: estas autuações alcançam o montante aproximado de R\$ 336.051 (2010 - R\$ 309.728), e se referem a questionamento sobre a incidência deste tributo sobre determinados tipos de receitas de serviços. (ii) ISS: estas autuações alcançam o montante aproximado de R\$ 96.845 (2010 - R\$ 102.699), e se referem a questionamento da incidência deste tributo sobre algumas receitas de serviços de comunicação. (iii) Outros tributos federais: estas autuações alcançam o montante aproximado de R\$ 288.502 (2010 - R\$ 72.650), e se referem substancialmente a cobranças de FUST, FUNTEL e Cofins.

Cíveis:

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra TNL, TMAR, TNL PCS e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da TNL PCS para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e ao mercado financeiro. A venda do controle acionário da TNL PCS para a TMAR também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os três processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

(f) **Cartas de fiança**

A Companhia possui obrigações de cartas de fiança bancária com instituições financeiras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de garantias contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 671.341 (2010 - R\$ 683.661). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos de clientes			105.081	70.724
Arrecadação em duplicidade/contestações			87.925	56.777
Provisão para desmobilização de ativos			55.287	53.130
Grupoamento de ações - recompra	13.527	13.564	13.527	13.564
Consignação em favor de terceiros	6	6	15.723	12.962
Obrigações com empresas associadas			12.465	7.892
Outros	83	203	18.943	6.668
Total	13.616	13.773	308.951	



TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

Consolidado 2011		
TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Custo do serviço corrente	816	26
Juros sobre as obrigações atuariárias	4.314	2.126
Rendimento dos ativos do plano	(6.415)	(4.461)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariárias, líquida	518	4.885
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(233)	(2.557)
Total da despesa (receita) reconhecida	19	7

Consolidado 2010		
TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Custo do serviço corrente	1.435	74
Juros sobre as obrigações atuariárias	3.803	2.082
Rendimento dos ativos do plano	(5.727)	(3.030)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariárias, líquida	873	(7.911)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(384)	9.190
Total da despesa (receita) reconhecida	405	19

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão, previstas para o exercício de 2012, são no montante de R\$ 20.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos foram as seguintes:

	2011	2010
TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,50% a 14,95%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,33%	11,73%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT-2000
	Zimmermann	Zimmermann
	Nichzugs	Nichzugs
	Winklevoss	Winklevoss
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	55 anos
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	55 anos
Idade de início dos benefícios	5% a.a. nula a partir dos 50 anos de idade e para o benefício saldaado	1,5% a.a. nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldaado
Taxa de rotatividade	Nula	o benefício saldaado

	2011	2010
TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,52% até 9,73%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	10,41%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
	Zimmermann	Zimmermann
	Nichzugs	Nichzugs
	Winklevoss	Winklevoss
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	55 anos
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	55 anos
Idade de início dos benefícios	5% a.a. nula a partir dos 50 anos de idade e para o benefício saldaado	1,5% a.a. nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldaado
Taxa de rotatividade	Nula	o benefício saldaado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2011

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.

b) Os dados cadastrais utilizados para o plano TelemarPrev são de 31 de agosto de 2011, para os planos PBS-TNCP e CELPREV são de 31 de julho de 2011, todos projetados para 31 de dezembro de 2011.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

	TelemarPrev	CELPREV	PBS-TNCP
SEGMENTO DO ATIVO			
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%
A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:			
SEGMENTO DO ATIVO			
Renda fixa	81,00%	85,80%	92,00%
Renda variável	16,00%	11,10%	6,40%
Investimentos estruturados			
Investimentos no exterior			
Imóveis	2,00%		
Empréstimos a participantes	1,00%	3,10%	1,60%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participação dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 2.335 (2010 - R\$ 43.004).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Plano de remuneração baseada em ações

(i) Plano de outorga de opções de ações da TNL

A AGE realizada em 11 de abril de 2007, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da Companhia (www.oi.com.br) e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribuído ao Conselho de Administração a gestão do referido plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações. Os beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado, no preço de exercício de R\$ 27,31. As opções começaram a ser exercidas desde a data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

Em 2010, o Comitê Gestor lançou, em reunião de 15 de março de 2010, o 2º Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (o "Programa 2010"). Através deste programa foram outorgados aos beneficiários opções de compra de 701 mil ações ordinárias e 371 mil ações preferenciais a serem exercidas nas mesmas condições e regras estabelecidas no programa 2007.

Os quadros a seguir resumem as operações efetuadas com as ações ordinárias e preferenciais até 31 de dezembro de 2011.

	Quantidade em milhares de ações	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	3.186	3.817
Opções exercidas	(30)	(12)
Opções canceladas		(619)
Opções reintegradas	73	
Opções em vigor no final do período	3.229	3.186

	Quantidade em milhares de ações	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	1.703	1.996
Opções exercidas	(39)	(96)
Opções canceladas		(197)
Opções reintegradas	41	
Opções em vigor no final do período	1.705	1.703

	Quantidade em milhares de ações	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	696	701
Opções exercidas	(7)	(3)
Opções canceladas		(2)
Opções reintegradas	689	
Opções em vigor no final do período	699	696

	Quantidade em milhares de ações	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	371	371
Opções exercidas	(1)	
Opções canceladas		
Opções reintegradas	370	
Opções em vigor no final do período	370	371

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram exercidas 36.850 opções de ações ordinárias (2010 - 15.248) e 39.183 em opções de ações preferenciais (2010 - 96.164) pelo preço médio de R\$ 48,65 (2010 - 48,44) e R\$ 21,03 (2010 - 20,70), respectivamente, tendo sido a operação liquidada mediante a transferência das ações em tesouraria da TNL aos beneficiários do plano.

As tabelas a seguir demonstram a posição das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2011:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor		Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Remanescente (em meses)	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R\$ 20,00 a 29,99	1.705	40	1.705	21,39
R\$ 20,00 a 29,99	370	64	370	27,02
R\$ 30,00 a 39,99	689	64	689	33,27
R\$ 50,00 a 60,00	3.229	40	51,31	3,229

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Ordinárias	12/04/2007	25%	12/04/2008	51,31	737
		25%	12/04/2009	51,31	828
		25%	12/04/2010	51,31	841
		25%	12/04/2011	51,31	823
Preferenciais	18/09/2008	25%	12/04/2008	21,39	369
		25%	12/04/2009	21,39	442
		25%	12/04/2010	21,39	442
		25%	12/04/2011	21,39	452
Ordinárias	15/03/2010	25%	12/04/2011	33,27	171
		25%	12/04/2011	33,27	168
		25%	12/04/2012	33,27	175
		25%	12/04/2013	33,27	175

Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Preferenciais	15/03/2010	25%	12/04/2010	27,02	92
		25%	12/04/2011	27,02	92
		25%	12/04/2013	27,02	93

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Black&Scholes" com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNLP3)				18/09/2008 (TNLP4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75

	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,92%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R\$ 1.635 (2010 - R\$ 3.296). O saldo da conta de Reserva de opções de ações no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 11.607 (2010 - R\$ 9.973).

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a Companhia deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos ("vesting period") dos atuais contratos, despesas no montante de R\$ 3.306 (2010 - R\$ 4.940).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- **Telefonia móvel:** Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- **Dados:** Oferece serviços de comunicação multimídia; e
- **Outros:** Inclui o serviço de (i) *Direct*, que oferece receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (*Direct to home*), e (ii) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

Dados	Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010		
Receitas	307.793	329.322	8.706.857	8.063.418	227.985	216.317	(2.231)	(54.515)	9.240.404	8.554.542
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(211.563)	(239.419)	(4.218.967)	(3.678.211)	(182.615)	(169.594)	44.637	(4.613.145)	(4.042.587)	(4.823.545)
Interconexão	(2.544)	(1.952)	(1.820.914)	(1.620.346)			(1.823.450)	(1.622.298)		
Depreciação e amortização	(35.284)	(35.689)	(914.960)	(779.614)	(15.439)	(9.376)	5.512	(965.663)	(819.167)	
Serviço de manutenção de Alugueis e seguros	(22.326)	(20.945)	(287.289)	(215.179)	(69)	(967)		(309.684)	(237.091)	
Outros custos e despesas	(146.818)	(174.779)	(322.537)	(311.197)	(18.119)	(13.740)		(1.071)	(487.474)	(498.145)
Custos de aparelhos e acessórios		(506)	(203.606)	(125.012)	(14.793)	(16.016)		(218.399)	(141.534)	
Outros custos e despesas	(4.591)	(5.548)	(669.661)	(626.863)	(134.195)	(129.495)		37.554	(808.447)	(724.352)
Lucro bruto	96.230	89.903	4.487.890	4.385.207	45.370	46.723	(2.231)	(9.878)	4.627.259	4.511.955
Recargas (Despesas) operacionais	(2.786)	(1.215)	(1.642.227)	(1.538.745)	(151.011)	(138.921)	2.558	18.807	(1.793.466)	(1.660.074)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.605)	(1.036)	(200.029)	(225.178)	(20,34)	(20,912)		1.358	(223.049)	(246.108)



TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Efetivos	Suplentes
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)	João José de Araújo Pereira Pavel
Eurico de Jesus Teles Neto	José Augusto da Gama Figueira
Maxim Medvedovsky	Otávio Marques de Azevedo
João de Deus Pinheiro de Macêdo	Pedro Jereissati

CONTADOR

Anderson Ramos Oliveira
CRC-RJ 089.414

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Francisco Tosta Valim Filho
(Diretor Presidente)
Alex Waldemar Zornig
(Diretor de Relações com Investidores)
Tarso Rebello Dias

GERENTE DE CONTROLADORIA

Sérgio Aguiar
CRC-RJ 101.302

CONSELHO FISCAL

Efetivos	Suplentes
Allan Kardec de Melo Ferreira (Presidente)	Sergio Bernstein
Fernando Linhares Filho	Sidnei Nunes
Aparecido Carlos Correia Galdino	Dênis Kleber Gomide Leite

DIRETOR DE CONTROLADORIA

Tarso Rebello Dias

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, em conformidade com as atribuições dispostas no Art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial da Companhia e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Deloitte, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., que será realizada até o dia 30 de abril de 2012.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

Allan Kardec de Melo Ferreira - Presidente

Aparecido Carlos Correia Galdino

Fernando Linhares Filho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Tele Norte Celular Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tele Norte Celular Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

Tele Norte Celular Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tele Norte Celular Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimento em controladas nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tele Norte Celular Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marco Antonio Brandão Simurru
Contador
CRC nº RJ 052000/O-0

Deloitte.